DO FASCISMO À DITADURA: EVOCAÇÕES DA VIOLÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Gilberto Cézar de Noronha[1]
Mickely Gomes Barrotti[2]
Miguel Rodrigues de Camargo Paladino[3]

Resumo: O artigo analisa as evocações da violência política no Brasil contemporâneo, explorando memórias do fascismo e da ditadura (1964-1985) em dois momentos históricos distintos: as lembranças da violência contra mulheres mobilizadas pelo documentário *Torre das Donzelas*, de 2018, e no relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos de 8 de janeiro de 2023 que associaram autoritarismos passados à crise democrática recente. A metodologia inclui análise bibliográfica relacionada ao documentário e análise de conteúdo do Relatório da CPMI, identificando imagens-lembrança da violência política. Explora fontes e dispositivos da memória que articulam temporalidades para usos políticos do passado, gestão de afetos sociais e construção de subjetividades. A pesquisa busca compreender a violência em regimes autoritários segundo memórias e esquecimentos que irrompem no bojo das lutas por poder e subversão na democracia contemporânea.

Palavras-chave: Memória e violência política; Torres das Donzelas; CPMI 8 de janeiro.

FROM FASCISM TO DICTATORSHIP: EVOCATIONS OF POLITICAL VIOLENCE IN CONTEMPORARY BRAZIL

Abstract: This article analyzes the evocations of political violence in contemporary Brazil, exploring memories of fascism and the dictatorship (1964-1985) across two distinct historical moments: the recollections of violence against women mobilized by the documentary *Torre das Donzelas*, released in 2018, and the final report of the Parliamentary Inquiry Committee on the January 8th, 2023 attacks, which linked past authoritarianisms to the recent democratic crisis. The methodology includes bibliographic analysis related to the documentary and content analysis of the CPMI Report, identifying memory-images of political violence. The study explores these sources and memory devices that articulate temporalities for political uses of the past, management of social affects, and construction of subjectivities. The research aims to understand violence in authoritarian regimes through the memories and forgetfulness that emerge within contemporary democratic power struggles and subversion.

[1] Doutor em História Social. Professor nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. (PPGHI e Profhistória) do Inhis-UFU. Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/1413157322908549. ORCID: 0000-0002-9985-2697. E-mail: noronha.gilberto@ufu.br.

[2] Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Foi bolsista PIBIC edital n°1/2024 - CNPQ/UFU. Currículo lattes: https://lattes.cnpq.br/0030043460520894. ORCID: 0009-0009-7307-6966. E-mail: mickelygbarrotti@gmail.com.

[3] Graduando em História pela Universidade Federal de Uberlândia - (INHIS - UFU). PIVIC edital n°1/2024. Currículo lattes: https://lattes.cnpq.br/9151690962685016. ORCID: 0000-0002-0567-2338. E-mail: miguelpaladino18@ufu.br.

Keywords: Memory and Political violence; Torre das Donzelas; January 8 CPMI.

Introdução

> (...) Já passou da hora de o Brasil virar essa página (...). A primeira medida desse "pacote de paz" que nós queremos propor pra que o Brasil volte a olhar pra frente e quebre os seus retrovisores é o *Impeachment* do ministro Alexandre de Moraes (...). A segunda (...) é a anistia ampla, geral e irrestrita. (...) E o terceiro ponto (...). Aprovar imediatamente a PEC que acaba com o Foro privilegiado de Parlamentares (CNN Brasil, 2025).

> A destruição do presídio Tiradentes, da Torre das Donzelas, é destruir a história delas também. Reconstruir é doloroso, mas é importante. [...] Junto com o silêncio, esse apagamento de memória também destrói tudo (Lira, 2019).

As epígrafes que abrem este artigo expressam posicionamentos antagônicos sobre o lugar da memória da violência política na democracia brasileira contemporânea. De um lado, a invocação da anistia como mecanismo de esquecimento, o ato de "virar a página" e "quebrar os retrovisores": operação mágica para interditar as lembranças do passado autoritário e a responsabilização pelas violências praticadas em seu nome, ontem e hoje, como se "nada tivesse acontecido [1]. De outro, a denúncia do apagamento deliberado da memória pela destruição de seus lugares afirma a necessidade dolorosa, mas fundamental, de reconstruir e preservar essas histórias. Tais posições opostas sugerem disputas mais profundas sobre qual passado deve ser evocado e seus usos políticos contemporâneos. A primeira proposição explicita os mecanismos e configurações (nada) sutis que constroem e operacionalizam imagens-esquecimento, interdição, negação e apagamento. A segunda alinha-se às políticas de direito e dever de memória também como dispositivos de gestão do poder como fenômeno de escala global que irrompe nas últimas quatro décadas[2].

Essas políticas da memória/esquecimento ganharam novo fôlego na cultura política brasileira após os eventos de 8 de janeiro de 2023, quando grupos bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. A caracterização desses atos mobilizou imediatamente referências ao passado autoritário brasileiro. Enquanto o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro fez conexões explícitas entre aqueles eventos e tradições autoritárias, incluindo o fascismo histórico e a ditadura civil-militar (1964-1985), setores políticos articulados em torno do ex-presidente Jair Bolsonaro rejeitaram veementemente tais paralelos. Hugo Motta, presidente da Câmara dos Deputados, sintetizou essa recusa pela conhecida estratégia da denegação, mentira e dissimulação, componentes ativos da política de esquecimento[3]. Jair Bolsonaro, ainda mais contundente, caracterizou como "psicopata" quem nomeasse o fato como tentativa de golpe militar[4], invertendo a realidade, distorce fatos não apenas para enganar, mas para substituir a verdade por uma nova 'realidade'

fabricada propondo, sob os escombros das contradições, um novo sistema coerente de contornos totalitários para controlar os indivíduos. A longo prazo, tal inversão (lavagem cerebral) resulta numa curiosa "espécie de cinismo – uma absoluta recusa a acreditar na verdade de qualquer coisa, por mais bem estabelecida que possa ser" (Arendt, 2017, p. 317).

Assim como a anistia opera pela negação, o negacionismo e a dissimulação configuramse como formas de interditar o passado. Essas disputas sobre a caracterização de eventos recentes ecoam os embates de memória/esquecimento travados desde a redemocratização acerca do significado da ditadura civil-militar. As tentativas de relativização, negação ou apagamento da violência ditatorial ressoam nas atuais reivindicações de "pacificação" que, sob o discurso da reconciliação nacional, propõem repetir a dosimetria da "anistia ampla geral e irrestrita" aplicada na década de 1980 aos participantes dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Quando defendeu que "o Brasil precisa[va] de pacificação. Não se trata[va] de apagar o passado, mas de permitir que o presente seja reconciliado e o futuro construído em bases de diálogo e respeito" (Brasil, 2025), Hugo Motta negava os impulsos do passado a nos empurrar para frente. Essa retórica da "pacificação" repete estratégia histórica dos regimes autoritários que costumavam legitimar a repressão como necessária para a "paz social" e o "desenvolvimento nacional", naquilo que eles apresentam como seu imaginário cívico (Ricoeur, 2007, p. 461).

Considerando estas questões, este artigo visa compreender historicamente as evocações da violência política no Brasil contemporâneo pela análise de como a violência política do fascismo e da ditadura foi rememorada em dois momentos recentes: as memórias da violência contra as mulheres no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) que irromperam durante a produção e circulação do documentário "Torre das Donzelas", lançado em 2018, e durante os trabalhos da CPMI dos Atos de 8 de Janeiro de 2023, consolidados pelo Relatório Final de 17 de outubro de 2023. A análise dessas evocações do passado autoritário exige reflexão teórica sobre a relação entre memória, história e política. Memórias entendidas não apenas como registros factuais objetivos, mas construções sociais apoiadas em lugares e atravessadas por interesses e disputas do presente. As memórias da violência política, em particular, são objeto de intensas batalhas sobre o que (e o como) deve ser lembrado e esquecido. "Memórias subterrâneas" que resistem aos enquadramentos oficiais, que emergem em momentos de crise ou ruptura política (Pollak, 1989, p.4). Organizado em três seções, o artigo examina como as testemunhas e seus intérpretes acadêmicos constroem narrativas sobre violência de gênero, resistência e solidariedade no (e desde o) documentário Torre das Donzelas; em seguida, analisa o Relatório da CPMI identificando como o documento mobiliza memórias do fascismo para interpretar eventos recentes, bem como as estratégias de deslegitimação dessas leituras; por fim,

propõe reflexão conclusiva sobre diferentes usos do passado autoritário na recente democracia brasileira.

Memórias da violência contra as mulheres desde *Torre das Donzelas*

> A notícia era já também um recurso que eles usavam, repressivo. Porque [nos] identificavam como terroristas quando eles eram os terroristas (...). Identificavam-nos como pessoas que destroem a família brasileira (Torre das Donzelas, 2019, 24min08s - 24min23s).

O docudrama memorialista (Silva, 2020, p. 123) "Torre das Donzelas", dirigido por Susanna Lira é um dispositivo de memória sobre a experiência das mulheres encarceradas pela ditadura civil-militar brasileira entre 1969 e 1974 em uma ala do Presídio Tiradentes, São Paulo, conhecida como "Torre das Donzelas". Mais do que um simples registro documental, materializa "tempos de dizer" e "tempos de escutar", criando um espaço público para memórias historicamente silenciadas, marginalizadas ou subsumidas em narrativas masculinas sobre a resistência à ditadura (Tega, 2019).

Impulsionada pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, em um contexto de estímulo à rememoração dos crimes da ditadura, em parceria com Tito Gomes, a produção teve início em 2011 e se estendeu por sete anos. As gravações ocorreram em 2016 com 31 ex-presas políticas, incluindo a então presidenta Dilma Rousseff que naquele momento enfrentava um processo de *impeachment* (Silva, 2020, p. 129-130). Não é casual que Susanna Lira justifique seu interesse no tema pela necessidade de "preservação da memória" como condição de manutenção da democracia.

O documentário chegou aos cinemas apenas em 2019 depois de participar de vários festivais: estreou no 51º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (Ribeiro, 2018) em setembro de 2018, onde recebeu o Prêmio Especial do Júri. Integrou a seleção oficial de nove longas e, ainda em 2018, foi exibido em festivais do Rio e São Paulo, acumulando diversas premiações. Ao propor uma rememoração dos momentos críticos da Ditadura, num período agitado da vida política brasileira, o lançamento confrontava o revisionismo histórico promovido pela ascensão da extrema-direita na campanha presidencial de Jair Bolsonaro, defensor do Golpe de 1964. Durante o festival, o governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg (PSB), que acabou derrotado naquelas eleições pelo candidato apoiado por Bolsonaro, argumentava que "forças conservadoras dizem que não é nossa prioridade [a cultura], mas, aqui reafirmamos que estamos no caminho certo" (Rodrigues, 2018). O cineasta Vladimir Carvalho, também presente ao evento, reconhecia que o lançamento do documentário estava em conexão com a realidade política do período. Nesse sentido, a análise da obra deve atentar não apenas ao passadoreferência da memória da violência ditatorial evocada, mas para seu espaço-tempo de

produção e circulação, quando as ameaças autoritárias hodiernas pautavam uma campanha presidencial. Havia se passado apenas 4 meses desde a cena dantesca (17 de abril de 2016) em que o então deputado Jair Bolsonaro dedicava seu voto pelo *impeachment* ao coronel Brilhante Ustra, torturador de Dilma Roussef durante a ditadura[5]. O ato, que consolidava a trajetória de Bolsonaro marcada pela apologia à tortura[6] e desprezo pela democracia, causou repulsa, mas não surpresa. Sua posterior eleição em 2018 ampliou o processo de corrosão democrática brasileira iniciada com as manifestações de junho de 2013 (Noronha; Lima; Nascimento, 2020) e que, dez anos depois, sofreria um duro golpe (em 8 de janeiro de 2023).

O documentário reconstrói as histórias de mulheres encarceradas na Torre do Presídio Tiradentes desde depoimentos, arquivos audiovisuais e recriações sensoriais para articular narrativas de memória e resistência (Castro, 2025, p.2). Mais do que documento histórico, é "representação e (...) forma de expressão estético-cultural das sociedades contemporâneas [e, nesse sentido, fonte] (...) para os estudos históricos" (Praxedes e Manso, 2020, p.334), onde "o cenário se transforma em um dispositivo que aciona as diversas memórias e se tornam o principal fio condutor da narrativa" (Ibidem, 2020, p.339). A proposta de reconstrução espacial das celas alude a "uma topologia que fisicamente não mais existe, mas presentificada pela direção de arte" (Fischer; Vaz, 2022. p.8), produzindo "imagens que exibem formas de vida coletiva e afetiva, resistentes ao espaço e ao tempo [...] transformando paisagens anestésicas em espaços estésicos" (Ibidem, p.7). A metodologia etnográfica utilizada "ratificou a importância da reconstrução desse espaço visto por Lira como um ato de resistência cinematográfica" (Praxedes e Manso, 2020, p.334), demonstrando como a diretora, "entretecendo poéticas, faz uma obra política por meio das imagens de partilha do sensível" (Fischer; Vaz, 2022. p.7).

O filme estrutura-se em episódios temáticos que ressignificam espaços carcerários como lugares de afeto e solidariedade. Sua montagem intercala planos fixos das instalações com objetos pessoais, criando uma "paisagem afetiva" entre ausência e presença (Castro, 2025, p. 4-5). Vozes em *off* sobre imagens históricas reconstituem o cotidiano prisional desde violências psicológicas até rituais coletivos de leitura e canto como formas de resistência íntima. A fotografia sóbria constrói um "espaço-tempo da memória": o cárcere torna-se símbolo (Ibidem, p. 7-9).

A obra de Susanna Lira reconstitui a rotina carcerária pelas memórias das ex-presas políticas. Configura-se como espaço de testemunho que dialoga com violências passadas e presentes. O foco narrativo centra-se nas experiências femininas narradas que, como toda memória, são inevitavelmente lacunares[7], mas vozes críticas à Ditadura, enunciadas como um dever de memória, um "'dever cívico' em compartilhar uma história dolorosa" do país que precisava ser contada (Lira, 2025. 2min, 44s). Nesse sentido, transcende a mera evocação do

passado, não quer apenas "olhar para o retrovisor", mas pretende pisar no acelerador. Enfim, é uma ação interessada, como todo ato de lembrança. Nas palavras da cineasta, "é um filme para a frente, (...) Não é um filme só sobre dor, é um filme sobre força, e sobre como resistir a momentos como esse que a gente está vivendo hoje de extrema repressão" (Torre das Donzelas, 2019, 24min08s - 24min23s).. Na avaliação de Maria Aparecida Costa a "ditadura fez coisas que eu acho que é preciso (...) que seja realmente conhecido. É memória... então você tem que resgatar" (Torre das donzelas, 2018). Ou ainda, como afirmou Ana Mércia, porque "está mais do que na hora que a gente coloque as coisas (...), que fique mais claro possível, que as relações sejam feitas, que a gente possa ligar isso que a gente viveu ao que tá acontecendo hoje" (Torre das Donzelas, 2018, 1h28min30s). Porque, segundo Maria Aparecida Costa, "talvez a gente não tenha conseguido transmitir o que é a ditadura de fato, o que foi vivido neste país, (...) como isso afetou todas as relações: a censura, o silêncio, as perseguições (...) que de alguma forma acobertaria a grande violência" (Torre das Donzelas, 2018, 1h28min40s). A demolição do presídio simboliza essa "forma de apagar aquela memória", uma "ação de silenciamento" que o documentário confronta.

Os depoimentos das entrevistadas e as declarações da cineasta, entre 2016 e 2019 evidenciam consciência da ascensão autoritária. Mas tal fenômeno era já compreendido como um movimento fascista? Uma das entrevistadas, Maria Luiza Belloque, relembrava suas primeiras impressões ao chegar ao presídio:

> [...] cheguei [no Presídio Tiradentes] com a Dilma [Rousseff]. [nós duas] Algemadas. Quando nós chegamos estava (...) aquela escadaria. E lá em cima, tinha duas [mulheres] magras, magras, trinta e poucos quilos (...) penduradinhas na grade, assim, mãos para cima, fazendo graça (...). Parecia campo de concentração tal a magreza [risos]. A Dilma falou assim: isso é campo de concentração, não é paraíso, é campo de concentração. Voltando, voltando (...). Foi assim a primeira olhada da Torre [das Donzelas] (Maria Luiza Belloque in: Torre das Dozelas, 2018. 18min 45seg)[8].

O depoimento, registrado em 2016, antes da ascensão da extrema-direita à presidência, sugere que ainda era possível abordar a memória do cárcere com humor e acreditar numa superação do fascismo. Naquele momento, as aproximações semânticas entre a realidade política brasileira e o fascismo histórico pareciam ainda pouco evidentes.

A intenção da cineasta era contar a história política e memorial do Brasil pela perspectiva feminina, contrapondo-se à tradição de privilegiar figuras masculinas, como as obras de Alfredo Sirkis (1981) e Fernando Gabeira (1979), por exemplo: "Sempre me chamou a atenção o fato de falarmos sobre os homens que lutaram contra o regime e o papel das mulheres estar sempre relegado a algo menor, sem muita importância" (Lira apud Ribeiro, 2025). O processo enfrentou obstáculos, desde a escassez de documentação, suprida

principalmente pelos relatórios da Comissão da Verdade, até o desafio ético de representar uma violência inenarrável. Embora não aborde diretamente os fascismos contemporâneos, a obra cumpre a tarefa política de dar voz às experiências dessas mulheres para lutar "contra o esquecimento e a denegação", impedindo a repetição do horror (Gagnebin, 2012, p. 221).

> Quero crer que [...] as pessoas que hoje pedem a volta do regime militar não fazem a menor ideia do que realmente foi viver num regime ditatorial, e, [...] espero que nosso documentário preste alguns esclarecimentos à essa nova geração sobre tudo que vivemos Lira apud Ribeiro, 2025).

O dever ético de lembrar os horrores da ditadura, ao mesmo tempo que buscava elaborar um luto, declarar o passado como encerrado, colidiu com a realidade política de seu tempo. Lançado em um contexto em que a extrema-direita, com seus olhos fixados no retrovisor, reativava e "presentificava" a herança autoritária "que não passou", impedindo que ela fosse encerrada de fato, o alcance popular do documentário foi limitado, mas encontrou ressonância imediata no meio acadêmico[9], marcando um ponto de inflexão nos estudos e na produção bibliográfica sobre a Torre das Donzelas, renovando o interesse pela temática.

É verdade que o Presídio Tiradentes e a Torre das Donzelas já haviam sido abordados, porém, a Torre não era o foco central até o documentário de Susanna Lira. A obra precursora foi a obra coletiva "Tiradentes, um Presídio da Ditadura: Memórias de Presos Políticos" de Freire, Almada e Ponce (1997), coletânea lançada nos 30 anos do Golpe com 35 testemunhos que incluiu os primeiros relatos específicos sobre a ala feminina. Uma década depois, em 2007, o relatório oficial "Direito à Memória e à Verdade" documentou 475 vítimas do regime, estabelecendo as bases documentais que permitiram estudos específicos sobre as presas políticas (Brasil, 2007).

Na década seguinte, Fernanda Prince Antunes (2008) retoma a obra de Freire em sua análise da Torre. Dois anos depois, o livro "Luta, Substantivo Feminino", reuniu 27 depoimentos de mulheres torturadas, incluindo relatos sobre a ala feminina[10]. Em seguida, no artigo "O que é possível lembrar", Maria Lygia Quartim de Moraes, compara a repressão no Brasil, Uruguai e Argentina, explorando "pontos em comum com a experiência concentracionária sob o nazismo" (Moraes, 2013, p. 143). Foi a primeira obra a relacionar diretamente ditadura e fascismos. Para abordar a Torre, evoca depoimentos registrados no já citado livro de Freire, Almada e Ponce (1997).

Em 2017, pouco antes do lançamento do documentário, Viviane Trindade Borges examinou a demolição do presídio onde se localizava a Torre das Donzelas, em São Paulo, "edificação em estilo colonial, localizado dentro do complexo" (Borges, 2017. p. 291-292), como um processo de apagamentos e silenciamentos. Esta perspectiva ecoa no filme, quando

Rita Sipahi, uma das entrevistadas caracteriza a demolição como “silenciamento daquela história toda” (Torre das donzelas, 2018, 1h39min08s).

Obras acadêmicas sobre o presídio Tiradentes anteriores ao documentário, não se dedicaram especificamente à Torre, talvez pelo contexto político de consolidação democrática, dificuldades de acesso a documentos e ao desenvolvimento posterior dos estudos de gênero sobre a ditadura. Com exceção do trabalho de Moraes (2013), também não se fazia relação direta entre ditadura civil-militar brasileira e fascismo

[11]. Contudo, estes trabalhos forneceram as bases documentais que permitiriam o florescimento de pesquisas específicas que tomam como objeto o documentário de Susanna Lira. É sobre essas obras que agora nos deteremos, repondo a questão: nesse estágio de consciência, pós-Torre das Donzelas, seria a ascensão autoritária recente compreendida como um movimento fascista?

A repercussão do documentário renovou o interesse acadêmico pelo presídio Tiradentes e pela Torre, inspirou novos estudos sobre gênero, memória e representação que elucidam os “espaços nos quais elas [as mulheres] foram confinadas” durante o regime (Villaméa, 2023). O primeiro a abordar a Torre sob esta perspectiva, tomando o filme como instrumento de preservação da memória, foi o artigo de Praxedes e Manso (2012) que considera o filme como “imagem-objeto”, fonte e sujeito histórico. Embora não empregue conceitos como fascismo, anistia ou se refira aos atos autoritários contemporâneos, o artigo revela consciência crítica sobre os mecanismos de silenciamento institucional e a importância de resgatar narrativas marginalizadas. Destaca o caráter colaborativo da obra e seus testemunhos como expressões de “liberdade simbólica” perante o silenciamento institucional, reforçando sua função de reconstrução da memória democrática.

Já o artigo de Meire Oliveira Silva, também de 2020, analisou as disputas de memória/esquecimento no documentário, destacando a dupla luta das mulheres (contra a ditadura e pela emancipação sexual) e interpretando a reconstrução simbólica do presídio como ato de resistência. É o primeiro a relacionar as intenções de Lira com a denúncia das práticas totalitárias, explorando mecanismos de manipulação nazista e apontando a filiação histórica do Brasil a ideologias fascistas (Silva, 2020, p. 131). Recorrendo a Hannah Arendt, analisa o silêncio imposto às mulheres como estratégia de desumanização. Ao destacar o papel do documentário como instrumento de reparação e enfrentamento dos traumas não resolvidos (Ibidem, p. 127-128), aborda o debate sobre anistia e Comissão da Verdade, interpretando-o como gesto político de ruptura com estruturas autoritárias que ainda reverberam na sociedade brasileira.

O ano de 2021 marca a diversificação da produção com a primeira dissertação específica sobre o tema e o primeiro testemunho autobiográfico inspirado pelo documentário: A obra "Torre das Guerreiras e outras memórias" de Ana Maria Ramos Estevão (2021) é um testemunho autobiográfico inscrito na literatura de resistência. A autora recusa o título "donzelas" e reivindica o termo "guerreiras" para afirmar a agência feminina na luta contra o regime (Rebelatto, 2023, p.46-47). Embora não tenha participado do documentário, reconheceu-o como inspiração de seu registro memorialístico (Universo Literário. 2024). O livro denuncia as violências de gênero da ditadura e o silêncio pós-redemocratização, posicionando-se contra o autoritarismo do governo Bolsonaro, caracterizado por Rebelatto como fascista e negacionista (Rebelatto, 2023, p. 46). Assim como o documentário, Estevão constrói uma memória contra hegemônica, apresentando-se como narradora que luta para transmitir às novas gerações o compromisso com a verdade e a justiça (Ibidem, p. 51).

Em 2021, Cayo Renan Alves Mateus (2021), em seu artigo "Memórias de uma prisão: o Presídio Tiradentes entre a tênue linha do lembrar e do esquecer", analisa o tratamento midiático da demolição do presídio, porém sem mencionar o documentário de Lira – omissão que pode ser vista como uma perpetuação do apagamento da memória feminina. Já Lara Lucena Zacchi defendeu a primeira dissertação centrada na Torre das Donzelas, investigando a interseção entre gênero, emoções e resistência. Sua análise destaca as redes de afeto e solidariedade como práticas políticas de sobrevivência, onde a amizade emerge como eixo de resistência à repressão. Situa explicitamente sua pesquisa no contexto da ascensão de ideais "conservadores, fascistas, misóginos e racistas" (Zacchi, 2021, p.132) entre 2011-2018, relacionando o passado ditatorial com as ameaças autoritárias do presente. Explora o contexto

de lançamento da obra: “momento próximo ao segundo turno das eleições presidenciais brasileiras e a ameaça fascista e conservadora no cenário político brasileiro parecia bastante real” (Ibidem, p.29), quando o Brasil vivia a legitimação pública da violência da ditadura, o saudosismo e a celebração da ditadura militar” (Ibidem, p.140). Ao abordar o apagamento da memória e o negacionismo histórico, reforça que o documentário contrapõe-se à “política de esquecimento e silêncio” (Ibidem, p.45), resgatando vozes femininas silenciadas e denunciando práticas autoritárias que ecoam no presente. Em diálogo com Praxedes, Manso e Estevão, Zacchi elege a amizade e a resistência como eixo central da análise das memórias femininas no documentário. Investiga como os vínculos afetivos entre as presas políticas funcionaram como práticas de sobrevivência e resistência. Interpreta a demolição do presídio como política de apagamento e propõe uma leitura simbólica que contrasta as “donzelas” (prisioneiras) com as “guerreiras” (mulheres que se autorresgatam), destacando que suas memórias “demonstram as possibilidades de luta coletiva (...) para se manter essas experiências vivas” (Ibidem, p.62). Em artigo publicado no mesmo ano, explorou as redes de afeto como formas de resistência, salientando a escassez de testemunhos femininos (Zacchi, 2021). Evidenciava a amizade não apenas como vínculo afetivo, mas como prática política de sobrevivência, Dilma Rousseff no documentário, observa: “Elas fazem parte da minha família [...] Não é a mesma sensação de liberdade” (Torre das donzelas, 2018, 1h28min20s).

O ano de 2022 trouxe análises mais sofisticadas do documentário, incluindo abordagens cinematográficas e estudos sobre resistência: a) Fischer e Vaz (2022) analisam as estratégias estéticas e afetivas de resistência no documentário, destacando elementos sensoriais como os movimentos das mãos das entrevistadas que convertem a dor em potência política, embora não empreguem o termo “fascismo”; b) Santos e Rassi (2022) focam nas redes de solidariedade entre as presas políticas, utilizando o documentário como fonte principal. O fascismo é citado brevemente na epígrafe retirada de Flávia Schilling, contextualizando a repressão de gênero; c) O documentário não é o objeto central do estudo de Cleidson Frisso Braz (2023), mas tomado como referência empírica que ilustra como o riso, em situações de rememoração traumática, funciona como estratégia de sobrevivência psíquica perante o insuportável[12]. Embora não empregue o termo fascismo, analisa práticas autoritárias típicas desses regimes: repressão, silenciamento e violência institucional (Braz, p. 44-45). Com base em Ricoeur, caracteriza a Lei nº 6.683/1979, Lei da Anistia, como “esquecimento comandado” que impediu a responsabilização dos torturadores e aprofundou o apagamento da memória coletiva; d) Morais

(2022), em dissertação baseada em entrevistas anteriores ao documentário, analisa trajetórias de ex-presas sem mencionar o filme. Sua abordagem encontra diálogo indireto com o trabalho de Amanda Freitas Souza (2023) que analisa a expressão "puta comunista" como instrumento de violência de gênero e forma de desqualificação moral e sexual das militantes[13]. Ambos os estudos destacam a transformação do cárcere em espaço de solidariedade e resistência política feminina.

E já que adentramos na produção acadêmica de 2023 sobre Torre das Donzelas, evoquemos a entrevista de Janaína Teles com a sociológica Danielle Tega (2023) intitulada "Tempos de dizer, tempos de escutar" que faz referência à pesquisa da autora sobre testemunhos de mulheres que resistiram às ditaduras no Brasil e na Argentina. A análise abrange diversos suportes, incluindo o documentário, cuja primeira menção é o relato de Dulce Maia, que descreve como as presas formaram com seus corpos "uma barreira de proteção" (Maia *apud* Tega e Teles, 2023, p. 265), ilustrando a criação de espaços de afeto e resistência mesmo sob extrema repressão. Teles observa que o documentário também revela conflitos, como o estigma sobre uma militante que não resistiu à tortura. Tega responde que a ênfase na solidariedade nos testemunhos é uma "escolha política de memória" (Ibidem, p. 269), ainda que conflitos tenham existido. O aspecto importante dessa obra é a distinção do narrado e do acontecido, as escolhas a respeito do que lembrar e do que contar são essenciais para a construção de um enredo fílmico.

No mesmo ano, César Figueiredo (2023) publicou o artigo "A memória política e o cárcere", propondo uma análise peculiar ao utilizar o documentário como base para um balanço biográfico-político das ex-presas, sem, contudo, dialogar com a produção acadêmica já existente sobre o filme ou o tema. Apesar dessa lacuna, suas conclusões destacam que os traumas permanecem vivos devido à impunidade dos torturadores e à falta de esclarecimentos sobre mortos e desaparecidos. Para o autor, a memória no filme cumpre tríplice função: catarse, homenagem e resgate da verdade histórica, no entanto, as denúncias se mantêm no plano simbólico, pois a Lei da Anistia impede a responsabilização, reforçando os limites de uma redemocratização "extremamente excludente" (Ibidem, p. 161-162).

A produção bibliográfica sobre "Torre das Donzelas" consolida a solidariedade como eixo central das narrativas das sobreviventes do Presídio Tiradentes tomando os laços afetivos e as práticas de apoio mútuo constituíram estratégias fundamentais de resistência e sobrevivência no cárcere. A dissertação de Amanda Freitas Souza destaca que "a convivência nas prisões foi marcada pela partilha do sofrimento [...] pela solidariedade e apoio aos indivíduos que haviam sido desestruturados pela tortura" (Souza, 2023, p. 87). Enfatiza que

características tradicionalmente associadas ao feminino (como a sensibilidade e a afetividade) manifestaram-se não como fragilidades, mas "como potenciais de cooperação e fortalecimento em uma situação de vulnerabilidade" (Ibidem, p. 87). O artigo de Valdez e Vicente, publicado em 2024 aprofunda essa dimensão ao descrever como as presas "costuraram redes de afetos e recorreram a cuidados como forma de resistência coletiva", enumerando práticas como "leituras coletivas, davam aulas umas para as outras, cuidavam da vaidade, [...] praticavam o bom humor" (Valdez e Vicente, 2024, p. 3). Conforme sintetiza Susanna Lira, citada no artigo, "a rede de afeto criada entre as mulheres ali presas foi o exemplo de resistência coletiva e sororidade" (Lira apud. Valdez e Vicente, Idem), onde a alegria e o autocuidado eram atos políticos.

A recorrência do tema na bibliografia que evoca o documentário demonstra que a solidariedade funcionou como um contraponto simbólico e prático à violência atomizadora da tortura. As obras evidenciam que as redes de afeto e companheirismo não apenas garantiram a sobrevivência no cárcere, mas estabeleceram vínculos duradouros que continuam a alimentar a memória do grupo sobre a resistência à ditadura.

Em suma, a produção bibliográfica sobre a Torre das Donzelas, ala do presídio Tiradentes, poderia ser periodizada em três fases: a pioneira (1997-2017), inaugurada por Alípio Freire, com registro de testemunhos e bases documentais; a consolidação (2018-2022), impulsionada pelo documentário de Susanna Lira (2018), com renovado interesse acadêmico; e a expansão (2023-2024) para fora do círculo acadêmico que se anuncia pela repercussão da obra de Luiza Villaméa (2023), vencedora do Prêmio Jabuti 2024 que reconstitui o cotidiano das pelo menos 132 presas políticas que passaram pela Torre das Donzelas entre 1969 e 1973[14]. Enfim, definitivamente, o tema parece estar na ordem do dia.

O artigo mais recente[15] encontrado, de Elis Crokidakis Castro (2024), analisa a reconstrução espacial e narrativa do presídio demolido, examinando dimensões cenográficas, sonoras e políticas do filme. Conclui que, ao privilegiar a perspectiva feminina e as práticas de solidariedade, o documentário subverte a lógica do cárcere e atua como resistência contemporânea. Na avaliação de Castro, problematizar a história dessas mulheres comparandose o contexto de produção do filme e hoje, "é ver a história da sociedade brasileira em um período pretérito perfeito" que foi silenciado e "que nos levou ao Golpe de 2016, ao Governo infame de 2019 a 2022 e a nova tentativa de golpe em 2023 (...)" (Castro, 2024, p. 46).

O documentário reivindica um dever de memória ao tornar acessíveis os horrores da Ditadura. As entrevistas revelam a violência de gênero e a resistência das mulheres presas

políticas, mas não uma relação direta com princípios totalitários e fascistas, como sugere o testemunho de Maria Luiza Belloque[16]. Essa proximidade ideológica foi posteriormente instrumentalizada por figuras como Jair Bolsonaro, que minimizaram os crimes da ditadura e reciclaram símbolos autoritários em seus discursos. Na próxima seção, analisaremos o relatório da CPMI do 8 de janeiro de 2023, buscando compreender como esses elementos autoritários vislumbrados na repercussão da obra de Susanna Lira são compreendidos frente aos ataques às instituições democráticas.

Os fascismos entre o retrovisor e o para-brisas do Relatório da CPMI

> Celso de Melo afirmou em várias oportunidades não tolerar sua presidência [de Jair Bolsonaro], chama seus seguidores fascitóides e recentemente fez expressa comparação a Hitler (Ramagem *apud*. Brasil. 2025. p. 223).

No dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, milhares de manifestantes identificados com a extrema direita brasileira invadiram, de forma violenta, a Praça dos Três Poderes, em Brasília. O objetivo central era promover um golpe de Estado, negando o resultado das eleições de 2022 e atacando diretamente o Estado Democrático de Direito. Como registra o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), tais atos foram transmitidos em tempo real por redes sociais, revelando não apenas organização, mas também a sua intenção estética, simbólica e política.

Lançado oficialmente em 17 de outubro de 2023, o relatório final da CPMI contém 1.749 páginas e oferece uma análise detalhada do que a comissão considerou uma tentativa coordenada de ruptura democrática. Afirma que os ataques de 8 de janeiro fizeram parte de uma sequência de ações que visavam gerar instabilidade institucional e social, com raízes em movimentos de contestação ao processo eleitoral desde o fim das eleições de 2022.

Embora registros diversos a requererem soluções metodológicas distintas, assim como as produções em torno do documentário de Susanna Lira (testemunhos, a narrativa fílmica, entrevistas e a produção acadêmica em torno da obra), as interpretações dos atos de 8 de janeiro construídas durante a investigação, no calor dos acontecimentos, e materializadas no relatório, mais do que um documento jurídico-político, num sentido mais amplo, constitui também um dispositivo estético-narrativo que, interpelado historicamente, nos permite vislumbrar como têm se constituído as narrativas da violência e os usos políticos do passado autoritário brasileiro.

A CPMI identificou como crucial a atuação ambígua das Forças Armadas, incluindo a não desmobilização dos acampamentos golpistas em frente aos quartéis. Segundo o relatório, a

omissão em condenar explicitamente os atos antidemocráticos encorajou os manifestantes. O relatório detalha a atuação de militares no governo Bolsonaro na disseminação de discursos golpistas, destacando o general Walter Braga Netto, candidato a vice-presidente na chapa, como um dos articuladores centrais dessa retórica antidemocrática.

Entre os fatores da radicalização da extrema-direita, destacou a influência de Olavo de Carvalho, cuja obra fomentou visões conspiracionistas e um ambiente de intolerância e antipluralismo. Sua técnica de manipulação psíquica estruturada para a 1) estimulação contraditória, para induzir dissonância cognitiva; 2) fidelização (servidão voluntária) a um líder ou seita; e 3) desenraizamento social, pela perda de referências externas (Brasil, 2023. p. 85). A proximidade entre Olavo e a família Bolsonaro foi ressaltada pela comissão, que cunhou o termo "bolsolavismo" para descrever essa simbiose político-intelectual.

O relatório da CPMI também destacou a atuação de um "gabinete do ódio", formado por assessores próximos a Jair Bolsonaro (incluindo Tércio Arnaud Tomaz, Filipe Martins e José Matheus Sales Gomes) que atuou de forma coordenada na disseminação de desinformação, manipulação da opinião pública e promoção de discursos de ódio. Apontou a instrumentalização de órgãos estatais, citando ações da Polícia Rodoviária Federal (PRF) sob comando de Silvinei Vasques para dificultar o acesso de eleitores de Lula às urnas durante o segundo turno das eleições de 2022.

Como resultado, o relatório estabeleceu a cronologia dos eventos e concluiu pela tentativa deliberada de golpe de Estado. Recomendou o indiciamento de 39 pessoas, incluindo Jair Bolsonaro, e propôs medidas como a regulamentação das redes sociais e proteção à imprensa. Ao documentar esses fatos, o relatório cumpriu uma função de memória e justiça análoga aos testemunhos das mulheres da Torre das Donzelas, lembrando à sociedade brasileira a importância da vigilância democrática permanente.

No bojo da crescente relativização do termo (neo)fascismo no debate político contemporâneo, identificada na produção bibliográfica sobre Torre das Donzelas, acompanhada por seu uso recorrente na caracterização de movimentos da direita radical, como nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, o Relatório Final da CPMI incorporou essa perspectiva ao descrever o fascismo como uma ideologia que simplifica a complexidade social através de normas rígidas e incontestáveis, tornando-se sedutora em períodos de instabilidade institucional. Entre os elementos mais impactantes analisados está a associação entre a estética bolsonarista e a simbologia nazista. De forma explícita, a CPMI observou que "as semelhanças entre a estética nazista e a estética bolsonarista foram há muito identificadas. O próprio slogan

bolsonarista (‘Brasil acima de tudo’) retoma, e não terá sido mera coincidência, o slogan nazista: ‘*Deutschland über alles*’” (Brasil, 2023. p. 102).

Episódios e imagens compilados no próprio Relatório da CPMI explicitam analogias do movimento bolsonarista com o da Alemanha nazista: Em janeiro de 2020, o então secretário especial da Cultura, Roberto Alvim, proferiu um discurso plagiando tanto um trecho específico quanto a estrutura semiótica de um discurso do ministro da Propaganda nazista, Joseph Goebbels. O fato gerou grande controvérsia e culminou na sua demissão do governo (G1 apud Brasil, p. 102). Essa não foi uma ocorrência isolada: no mesmo período, canais oficiais passaram a veicular códigos e símbolos típicos de grupos neonazistas e supremacistas brancos. Entre esses “apitos de cachorro” estavam gestos manuais específicos, como o clássico sinal de “OK” (feito com polegar e indicador) e a formação de um “W” com três dedos, além de atos performáticos, como o consumo público de leite para aludir à pureza racial (Ibidem, p.103).

O relatório da CPMI identificou estratégias discursivas típicas do repertório fascista como desinformação sistemática, polarização extrema e ataques às instituições, traçando paralelos com os mecanismos de ascensão do nazismo, que se valeram da própria estrutura democrática para alcançar o poder. Ressalta que a ausência de resistência ativa foi determinante para o avanço desses movimentos.

O documento evoca o fascismo pela primeira vez como fenômeno histórico das ditaduras “ostensivas”, mas observa uma inflexão pós-Guerra Fria, quando “desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos” (Ibidem, p. 68).

A segunda referência ao fascismo no relatório da CPMI destaca como regimes autoritários podem emergir pela instrumentalização das próprias instituições democráticas, explorando legalismos e brechas institucionais para subverter a ordem democrática. Citando o caso paradigmático do fascismo italiano, o documento adverte que “a democracia foi incapaz de proibir aos inimigos de sua própria existência o uso de instrumentalidades democráticas. [...] o mecanismo da democracia é o cavalo de Troia pelo qual o inimigo entra na cidade. Ao fascismo, disfarçado de um partido político, legalmente reconhecido, foram concedidas todas as oportunidades das instituições democráticas” (Ibidem, p. 895).

O relatório analisa a ascensão de práticas neofascistas em um contexto marcado por obscurantismo, rejeição do pensamento crítico e negação da realidade. Nesse ambiente, surgiram seitas ideológicas e figuras autoproclamadas como “gurus”, exemplificado por Olavo

de Carvalho, que oferecem respostas simplificadas para problemas complexos, fortalecendo discursos anticientíficos e autoritários.

> Nesse cenário, vemos a ascensão de ideias obscurantistas, aversão ao pensamento crítico, negação da realidade, seitas, autoproclamados 'gurus', mentores e influenciadores digitais. [...] Até ideologias extremas, como fascismo, são percebidas como ideias sedutoras, pois prometem simplicidade e ordem. Há uma procura intensa por simplicidade, uma vez que o fascismo oferece uma visão descomplicada do mundo com normas e valores claros e indiscutíveis (Ibidem, p. 133-134).

O trecho evidencia como o fascismo, e por extensão, o neofascismo, surge como proposta sedutora em contextos de instabilidade, oferecendo uma ordem simbólica rígida e valores autoritários que funcionam como refúgio psicológico frente à angústia contemporânea. O fascismo "pacifica" porque reprime. Embora o termo "neofascismo" não apareça explicitamente, o relatório descreve um ambiente propício a esses discursos, marcado por teorias conspiratórias e extrema polarização. Ilustrando essa tensão, registra a presença do então ministro Luiz Eduardo Ramos infiltrado nos protestos contra o Governo Bolsonaro, em 2020: "De gorro, máscara e óculos escuros, Ramos ouviu bem de perto os gritos contra o presidente, assistiu às performances de combate ao racismo e diz ter se assustado com as faixas que traziam acusações de fascismo contra o governo" (Ibidem, p. 219).

A descrição confirma a atmosfera política de radicalismo e desinformação favorável a práticas autoritárias, durante o governo Bolsonaro. O neofascismo, assim, infiltrava-se nas brechas deixadas pela fragilidade institucional e pela erosão do debate público.

O conceito de antifascismo aparece no relatório em duas passagens sobre a atuação da Seopi (Secretaria de Operações Integradas). A primeira refere-se à investigação da plataforma Córtex que agregava 160 bases de dados sensíveis solicitada pela Conectas Direitos Humanos. A segunda relacionada a um dossiê produzido pela Seopi com dados pessoais de policiais tidos como "antifascistas" que haviam lançado um manifesto pela "aliança popular antifascismo". Conforme a CPMI, o episódio foi uma retaliação institucional contra servidores que criticavam a repressão estatal a movimentos sociais (Ibidem, p. 337). A investigação sigilosa havia sido conduzida pela Seopi sob comando do coronel Gilson Libório. O órgão identificou 579 servidores de segurança e três professores universitários como integrantes do "movimento antifascismo", utilizando o aparato estatal para vigilância política de dissidentes (Ibidem, p. 383).

O relatório da CPMI evocou explicitamente o conceito de fascismo como ferramenta analítica e política para interpretar os eventos de 8 de janeiro. Segundo a relatora, os atos eram

um “ensaio de golpe de Estado” que compartilhava elementos fundamentais com regimes fascistas históricos: culto à autoridade, rejeição do pluralismo, instrumentalização da violência e ataques coordenados às instituições democráticas (ECO, 2019).

A análise identifica mecanismos específicos de ressonância fascista: usurpação de símbolos nacionais, culto à personalidade do líder, guerra híbrida baseada em desinformação, tentativa de captura das Forças Armadas. Diante disso, Gama propõe a instituição do “Dia da Resistência Democrática” como antídoto memorialístico contra o esquecimento. O fascismo é assim caracterizado não como analogia histórica, mas como ameaça contemporânea que exige vigilância permanente e construção ativa de memória democrática. Gama escreve que “os golpes modernos [...] começam por uma guerra híbrida, psicológica, à base de mentiras [...] da fabricação do ódio, indicando o uso sistemático de desinformação e de técnicas de manipulação para corrosão gradual da democracia” (Brasil, 2023, p. 15). Nesse sentido, seria o dever de memória democratizante o contraponto aos enleios do esquecimento do fascismo.

Eliziane Gama utiliza referências ao fascismo como estratégia discursiva para contextualizar os eventos de 8 de janeiro, denunciar autoritarismos e legitimar a resposta institucional em defesa da democracia. O fascismo é tratado não como mera referência histórica, mas como ameaça latente presente em discursos e práticas políticas atuais. Mas qual é o fascismo evocado nessa interpretação dos acontecimentos?

Com base na anatomia de Paxton, o fascismo é um processo dinâmico de cinco estágios que deve ser analisado por suas ações em contextos políticos concretos e pela interação entre o movimento fascista e as estruturas de poder existentes:

a) Criação: surge como reação emocional à instabilidade, mobilizando-se “contra a revolução e a impotência do liberalismo” (Paxton, 2007, p.35). É mais “uma disposição para a violência do que um programa político coerente” (Ibidem, p.34). A criação de milícias, como as *squadre* de Mussolini, tornou-se parte fundamental da identidade fascista desde o início (Ibidem, p.38).

b) Enraizamento: para sair da marginalidade, alia-se a elites tradicionais. “Nenhum movimento fascista chegou ao poder por seus próprios meios”, sendo sempre introduzido por políticos conservadores como instrumento contra a esquerda (Ibidem, p.66). Estágio instável, marcado pela tensão entre radicalismo e pragmatismo, essencial para a adaptação e sobrevivência política do movimento (Ibidem, p.73). O fascismo seduz não apenas as massas, mas sobretudo as elites que preferem a ditadura à perda de privilégios” (Ibidem, p.69).

c) Chegada ao Poder: a ascensão ocorre por alianças e exploração de crises. Os fascistas

foram “convidados ao poder por dirigentes conservadores”, usando instituições existentes para subverter a democracia a partir de dentro (Ibidem, p.97). O fascismo mostrou-se capaz de usar as instituições existentes para subverter a democracia a partir de dentro.

d) Exercício do Poder: o regime busca estabilidade, suprimindo liberdades e criando um aparato repressivo, mas sem romper totalmente com as estruturas de poder tradicionais, preferindo integrá-las (Ibidem, p.118). A cultura de mobilização massiva e o culto ao líder mascaravam um Estado marcado por improvisação, personalismo e eficácia limitada (Ibidem, p. 122).

e) Radicalização ou Entropia: fase final oscila entre estagnação e radicalização. Ao buscar sua “salvação por meio da radicalização, precipita muitas vezes sua ruína” (Ibidem, p. 157), revelando sua instabilidade inerente e tendência à autodestruição quando se prolonga no poder.

Esta constatação sobre a autodestruição dos regimes fascistas é crucial para analisar a durabilidade de autoritarismos contemporâneos. No entanto, a aplicação direta do termo ”fascismo” à extrema direita atual gera significativa controvérsia acadêmica. Os críticos dessa transposição, considerada por muitos como anacrônica, argumentam que ela dilui o significado original do termo e compromete o rigor analítico. Eles defendem o fascismo como um fenômeno historicamente circunscrito à Europa do entreguerras. O historiador Renzo De Felice, em sua biografia de Mussolini, sustenta que o fenômeno foi uma resposta orgânica às crises específicas da Itália pós-1918, sendo inseparável de seu contexto histórico. Deslocá-lo para o século XXI, argumenta-se, anula seu valor explicativo (De Felice, 1974).

Diante do debate sobre a aplicação do termo “fascismo” à extrema direita contemporânea, a academia se divide entre dois polos analíticos principais. De um lado, os historicistas defendem o fascismo como fenômeno circunscrito ao período entreguerras. Emilio Gentile advoga que seu uso para realidades atuais significa “abrir mão da precisão histórica e analítica” (Gentile, 2002. p.19), enquanto Stanley Payne alerta que chamar qualquer autoritarismo de fascismo “só obscurece o que o fascismo realmente foi” (Payne, 1995. p.9). George Mosse (1999) complementa esta visão ao enfatizar a dimensão cultural irredutível do fenômeno original, centrada no mito do “novo homem” pós-Primeira Guerra.

Do outro lado, os continuístas identificam rearranjos do fenômeno na atualidade. Enzo Traverso propõe “pós-fascismo” para descrever mutações em contextos neoliberais, onde a extrema direita “não é mera repetição do fascismo clássico, mas sua mutação” (Traverso, 2019.

p. 23). Umberto Eco alerta sobre o "Ur-Fascismo" como tentação política permanente, capaz de se disfarçar sob diferentes linguagens (Eco, 1997. p. 20), e Jason Stanley analisa como estratégias fascistas de divisão social operam dentro de estruturas democráticas (Stanley, 2018, p. 29).

Embora a extrema direita atual compartilhe elementos com o fascismo histórico (nacionalismo xenófobo, culto à ordem, autoritarismo), sua operação em democracias estáveis e uso de novas tecnologias representam fenômenos qualitativamente distintos. As categorias "neofascismo" ou "pós-fascismo" reconhecem afinidades sem ignorar transformações históricas fundamentais, oferecendo ferramentas mais precisas para analisar movimentos que corroem democracias por dentro, sem banalizar conceitos históricos nem subestimar perigos contemporâneos. Por fim, a associação da extrema direita atual ao fascismo histórico pode, paradoxalmente, reforçar sua imagem de força e alimentar sua narrativa de insurgência.

É o momento de repor a questão que nos acompanha nessa aproximação das discussões em torno do documentário de Susanna Lira e o relatório da CPMI dos Atos de 8 de janeiro de 2023: em tempos de ascensão do autoritarismo tais produções compreenderam o processo político contemporâneo como um movimento fascista?

Considerações finais

Do levantamento bibliográfico sobre o documentário analisado, foram identificadas seis obras que evocam explicitamente o termo "fascismo" (Moraes; Silva; Zacchi; Santos e Rassi; Rebelatto e Braz). O levantamento revela que a associação entre a ditadura brasileira e o fascismo na bibliografia sobre "Torre das Donzelas" é ainda recente e limitada. Conforme observado, nas obras anteriores a 2018, não se fazia relação direta entre ditadura civil-militar brasileira e fascismo, sendo esta associação mais evidente apenas depois do documentário (após 2020).

A referência ao fascismo aparece no retrovisor, como categoria analítica das práticas repressivas históricas (como em Moraes e Silva) e chave interpretativa para o contexto político contemporâneo brasileiro (Zacchi e Rebelatto). Na relativa distância entre o passado e o futuro, fascismo e ditadura, no que diz respeito às evocações e às tentativas de interdições do passado de violência política e "à nossa realidade, temos que [também] concordar com a análise feita

por Felix Guattari (1992), no ano de sua morte: ‘um microfascismo, sob distintas formas, prolifera nos poros de nossas sociedades, e se manifesta através do racismo, a xenofobia, o ressurgimento dos fundamentalismos religiosos, do militarismo e da opressão das mulheres’” (Guattari *apud*. Donhauser e Mizoguchi, 2023, p.535).

As evocações da violência política no Brasil contemporâneo suscitadas em torno das discussões do documentário e das investigações parlamentares sobre o 8 de janeiro de 2023 são atravessadas por dilemas semelhantes sobre os usos políticos do par complementar memória/esquecimento. A produção acadêmica em trono do documentário reconhece que ele opera no registro da memória testemunhal (Levy, 2004), exercitada (Ricoeur, 2007, p. 71-104), privilegiando experiências femininas de violência e resistência que foram historicamente marginalizadas nas narrativas hegemônicas sobre a ditadura. Trata-se de memórias outrora interditadas, que emergem décadas após os fatos, atravessadas por elaborações afetivas, políticas e estéticas, e que irrompem em momento específico da história brasileira, marcado por intensas disputas sobre os legados da ditadura e os significados da democracia pós Golpe de 2016. Já o Relatório da CPMI constitui documento oficial produzido no calor dos acontecimentos, em meio a intensas disputas políticas sobre como conceber os eventos de 8 de janeiro, seus responsáveis, consequências jurídicas e políticas.

Ambas as fontes, entretanto, articulam temporalidades distintas, fazendo o passado irromper no presente na contramão da anistia e do dever de esquecer, exercitadas como força política ativa e não como mera recordação nostálgica ou operação historiográfica. As memórias da violência ditatorial são convocadas e submetidas à herança e inventário como “dever de memória” para produzir efeitos concretos: reconhecimento de vítimas, responsabilização de perpetradores, legitimação ou deslegitimação de projetos políticos, construção de afetos sociais como indignação, solidariedade ou medo, e constituição de subjetividades políticas orientadas por essas memórias. Sobretudo, ambas as fontes em suas repercussões constituem resistências à “memória ofendida” de que falava Primo Levi, recusando-se a aceitar o apagamento, a relativização ou a inversão discursiva da violência política autoritária que busca anistia.

Em momento de intensas polarizações políticas, ameaças democráticas e disputas sobre o passado autoritário, torna-se fundamental analisar criticamente como as memórias são construídas, mobilizadas e contestadas, mas também como são negadas, relativizadas e ofendidas. Entre o imperativo de “quebrar os retrovisores” e a necessidade dolorosa de reconstruir histórias apagadas, entre a reivindicação de “pacificação” pela anistia e a exigência de reconhecimento e responsabilização, situam-se batalhas fundamentais (estéticas, jurídicas,

políticas, acadêmicas, historiográficas) sobre o tipo de democracia que queremos construir e sobre quais violências estamos dispostos a lembrar, reconhecer ou evitar. Podemos construir uma democracia forte com retrovisores quebrados e tetos de vidro, sem enfrentar criticamente nosso passado autoritário? Talvez os historiadores devam lembrar aos condutores habilitados dos destinos coletivos que os retrovisores são dispositivos fundamentais para a segurança da viagem.

Notas:

[1] A anistia é um esquecimento institucional comandado que, para a paz civil, impõe o alto preço de "apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado", condenando memórias concorrentes a uma "vida subterrânea malsã". (Ricoeur, 2007, p. 459-462).

[2] Para a discussão da dicotomia/ambivalência da memória/esquecimento cf. Seixas, 2021.Especialmente cap. 5 e II parte.

[3] Evoco aqui os termos discutidos por Jacy Seixas (Idem, p.189-206). Nas palavras de Hugo Mota: "O que aconteceu [em 8 de janeiro de 2023] não pode ser admitido novamente, foi uma agressão às instituições. Agora, querer dizer que foi um golpe... Golpe tem que ter um líder, uma pessoa estimulando, tem que ter apoio de outras instituições interessadas, e não teve isso". (O Povo, 2025).

[4] "Eu não tenho adjetivo para qualificar uma mãe de dois filhos a uma pena tão absurda por um crime que ela não cometeu. Só um psicopata para falar que aquilo que aconteceu no 8 de janeiro foi uma tentativa de golpe militar".
(Veja, 2025).

[5] Para uma análise da carreira militar política de Bolsonaro cf. Silva e Noronha (2022).

[6] Manifestadas em frases como "o erro da ditadura foi torturar e não matar" e "[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado" (Jornal Nacional, agosto de 2018). (Carta Capital, 2018); "31 de março. O que aconteceu nesse dia? Nada. Nenhum presidente da República perdeu seu mandato nesse dia. Congresso, com quase 100% dos presentes, elegeu Castello Branco à luz da Constituição". (Uol, 2022).

[7] Segundo Ecléa Bosi (1994), a percepção do lembrar, do francês "souvenir" ("vir à tona"), só registramos um fragmento da memória.

[8] Maria Luiza Belloque foi presa e torturada duas vezes: em 30 de janeiro de 1970, passando pelo Deops/SP, DOICodi/SP e Presídio Tiradentes (um ano e três meses); e em 1974, detida no Deops/SP por 12 dias com novas torturas. cf. Memorial da Resistência de São Paulo (2025).

[9] O primeiro artigo acadêmico sobre o documentário é de Praxedes; Manso (2020).

[10] Este é o terceiro livro do relatório da comissão "Direito à memória e à verdade", de 2007. O primeiro foi dedicado a afrodescendentes mortos na luta contra a ditadura e o segundo às crianças e adolescentes vítimas de violações de direitos humanos, torturados e mortos nos mesmos porões. Cf. Merlino e Ojeda, 2010, p.11.

[11] A referência ao fascismo é feita apenas quando se evoca a ditatura chilena, quando se aborda a trajetória de Jane Vanini (Merlino e Ojeda, 2010, p. 166).

[12] "Ao entrarem no cenário montado na tentativa de reproduzir a torre, as mulheres que ali estiveram têm reações impulsionais distintas, algumas ficam em silêncio, estáticas, outras choram e algumas riem. Sobre este último impulso (o riso), prevê-se que ele funciona como um mecanismo de defesa do aparelho psíquico que, ao perigo de rever a cena traumática da tortura, reage como um impulso substitutivo da angústia, assim elas riem". (Braz, 2023, p. 54).

[13] O artigo de Bastos e Alves analisa como o jornalismo hegemônico construiu a imagem de Dilma Rousseff como "louca" durante o impeachment, usando o "claustro da histeria" para reforçar estigmas de gênero e desqualificar mulheres no poder. A "Torre das Donzelas" é evocada como metáfora do aprisionamento simbólico, inviabilizando a presença feminina na política. Vale notar que, enquanto sofria o impeachment, Dilma rememorava

sua prisão literal na Torre e era simultaneamente remetida a ela de forma simbólica pela mídia e pela violência dos parlamentares e da sociedade. cf. Bastos e Alves, 2023.

[14] É nesse contexto que se produz a resenha de Silva, 2024.

[15] O artigo de Sgambatti et al., também de 2024, investiga o papel das mulheres na resistência à ditadura, questionando estereótipos que as relegam a posições secundárias. Os autores problematizam a memória oficial marcada pela Lei da Anistia e defendem o reconhecimento das contribuições femininas na luta democrática, detalhando biografias de mulheres que sofreram tortura sexual e psicológica. Embora não mencione o documentário, evoca Rose Nogueira como "donzela da torre" e a cela compartilhada por Dulce Pandolfi e Dilma Rousseff. Cf. Sgambatti, 2024. p. 31 e 35.

[16] Maria Luiza Belloque, pedagoga e mãe de dois filhos, ficou presa no Presídio Tiradentes por um ano e três meses e faleceu em 2016 (Memorial da Resistência, 2025).

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Fernanda Prince. **História e Memória Social: Depoimentos de Presos Políticos - Presídio Tiradentes (1969-1973)**. 2008. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BASTOS, Raabe Cesar Moreira; ALVES, Gabriela Santos. Na "Torre das Donzelas": Dilma Rousseff e representações do Claustro da Histeria. **Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 101–115, jan./mar. 2023.

BORGES, Viviane Trindade. O patrimônio cultural e as prisões: apagamentos e silenciamentos. **História: Questões&Debates**, Curitiba, v. 65, n. 1, p. 285-303, 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/53899. Acesso em: 9 out. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAZ, Cleidson F. Memória e testemunho: do que e por que riem as presas torturadas pela ditadura militar no romance O corpo interminável, de Claudia Lage. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 64, p. 37–58, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdoil/article/view/127859. Acesso em: 9 out. 2025.

CASTRO, Elis Crokidakis. Memórias, afetos e espaços no documentário "Torre das donzelas". **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS**, Rio Grande, v. 8, n. 2, p. 33–47, jul./dez. 2024 (2025). Disponível em: https://periodicos.furg.br/reis/article/view/17984. Acesso em: 4 out. 2025.

DE FELICE, Renzo. **Mussolini il fascista**. Torino: Einaudi, 1974.

DONHAUSER, Lucas; MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Do fascismo histórico ao microfascismo tropical: um giro conceitual. **Aceno – Revista de Antropologia do CentroOeste**, v. 10, n. 24, p. 525-540, set./dez. 2023.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. São Paulo: Record, 2019.

ECO, Umberto. Ur-Fascism. **New York Review of Books**, New York, 1997.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **Torre das Guerreiras e outras memórias**. São Paulo: Editora 106; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. A memória política e o cárcere: uma leitura cinematográfica do testemunho a partir do filme A Torre das Donzelas. **Letras em Revista**, Teresina, v. 14, n. 2, p. 152-163, 2023.

FISCHER, Sandra; VAZ, Aline. Paisagens anestésicas, espaços estésicos, convívios afetivos: Torre das Donzelas. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7–15, jan./jun. 2022. DOI: 10.11606/issn.2238-7714.no.2022.194703. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.22387714.no.2022.194703. Acesso em: 9 out. 2025.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). **Tiradentes, um Presídio da Ditadura:** Memórias de Presos Políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso, companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GAGNEBIN, Jean-Marie. Verdade e memória do passado. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 17, p. 213-221, 1998 (2012). Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11147. Acesso em: 2 jun. 2025.

GENTILE, Emilio. **O fascismo:** História e interpretação. Roma-Bari: Laterza, 2002.

LEVY, Primo. **Os afogados e os sobreviventes**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MATEUS, Clésio Roberto Azevedo. Memórias de uma prisão: o Presídio Tiradentes entre discursos e silenciamentos. **Revista Clio**, Pelotas, v. 39, n. 2, p. 140-165, 2021.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Org.). **Luta, Substantivo Feminino:** Mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O que é possível lembrar? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 141-167, jan./jun. 2013. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645073. Acesso em: 28 out. 2024.

MORAIS, Letícia Viana de. **Assim sobrevivemos:** narrativas de militantes presas políticas no Presídio Tiradentes (1969-1976). 2022. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

MOSSE, G. L. **A revolução fascista:** Em direção a uma teoria geral do fascismo. Nova York: Howard Fertig, 1999.

NORONHA, Gilberto Cézar de e SILVA, Diéssika Costa;. Os signos emocionais e a gestão das paixões políticas: sobre os (des)usos dos símbolos nacionais no governo Bolsonaro. **Boletim Historiar**, v. 9, n. 4, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/18552. Acesso em: 4 out. 2025.

NORONHA, Gilberto Cézar de; LIMA, Idalice Ribeiro Silva; NASCIMENTO, Mara Regina do (Org.). **O golpe de 2016 e a corrosão da democracia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, Stanley G. **História do fascismo, 1914-1945**. Madison: Universidade de Wisconsin, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 4 out. 2025.

PRAXEDES, Vanda Lúcia; MANSO, Haydenée Gomes Soares. Torre das donzelas: memórias das experiências de liberdade e resistência no cárcere. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 29, n. 2, p. 325-350, 2020.

REBELATTO, Fran. Guerreiras e Donzelas: memórias de mulheres sobre a ditadura militarempresarial brasileira acionadas em dois relatos. **Revista Brasileira de Estudos sobre Gêneros Cinematográficos e Audiovisuais (Zanzala)**, v. 11, n. 1, p. 45-62, 2023.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Indyara Lacerda; RASSI, Marcos Antônio Caixeta. Um grito silenciado: mulheres na Ditadura Civil-Militar do Brasil. **Revista Pergaminho**, Patos de Minas, v. 13, p. 107–120, 2022. Disponível em: https://revistas.unipam.edu.br/index.php/pergaminho. Acesso em: 9 out. 2025.

SEIXAS, Jacy Alves de. **Da memória e seus "caminhos secretos para entrar em nós":** ensaios sobre memória, esquecimento, história, historiografia. São Paulo: Intermeios, 2021.

SGAMBATTI, Gabriela Campos et al. A resistência tem rosto de mulher. **Revista Lumen**, v. 9, n. 18, p. 1-47, jul./dez. 2024.

SILVA, Cleonice Elias da. As memórias das presas políticas da Torre em uma dimensão pública. **Revista Sillogés**, v. 7, n. 2, p. 533-540, 2024.

SILVA, Meire Oliveira. Algumas imagens da ditadura civil-militar brasileira na Torre das donzelas. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 119-133, 2020. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/logos/article/view/49189. Acesso em: 30 ago. 2025.

SIRKIS, Alfredo. **Os Carbonários:** memórias da guerrilha perdida. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

SOUZA, Amanda Freitas. **Entre o anjo do lar e a puta comunista: transgressões, militância e resistência de mulheres em "A Torre das Donzelas"**. 2023. 147 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2023.

STANLEY, Jason. **How Fascism Works:** The Politics of Us and Them. New York: Random House, 2018.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar:** testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2019.

TELES, Janaína de Almeida. Tempos de dizer, tempos de escutar: as memórias das mulheres que resistiram à Ditadura Militar. **Revista Histórias Públicas**, ano 1, n. 2, p. 257-281, 2023. Disponível em: https://revista.uemg.br/index.php/historiaspublicas/article/view/8290/4954. Acesso em: 1 nov. 2024.

TRAVERSO, Enzo. **The New Faces of Fascism:** Populism and the Far Right. London: Verso, 2019.

VALDEZ, Diane; VICENTE, Keides Batista. "Assim, por solidariedade" memórias de mulheres sobre a ditadura militar (1964-1985). **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 49, n. ed. especial, p. 481-498, 2024. Disponível em: https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/79045. Acesso em: 9 out. 2025.

VILLAMÉA, Luiza. **A torre:** o cotidiano de mulheres encarceradas pela Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2023. 290 p. (Arquivos da repressão no Brasil).

ZACCHI, Lara Lucena. **Memórias do cárcere na Torre das Donzelas:** gênero e emoções em relatos de mulheres sobre a ditadura militar brasileira. 2021. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

ZACCHI, Lara Lucena. Rememorar, contar, resistir: vínculos, afetos e resistências nas memórias de mulheres sobre a luta contra a ditadura brasileira. In: Seminário Internacional História do Tempo
Presente, 4., 2021, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UDESC, 2021. Disponível em: https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/IVSIHTP/paper/viewFile/1022/641. Acesso em: 9 out. 2025.

Fontes

Documentos oficiais

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Confira a íntegra do discurso de Hugo Motta após aprovação da urgência sobre anistia**. Brasília, DF, 17 set. 2025. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1201461-confira-a-integra-do-discurso-de-hugo-mottaapos-aprovacao-da-urgencia-sobre-anistia. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Memória e à Verdade**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023. **Relatório Final**. Brasília: Senado Federal, 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Penal n. 2.668**. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Autor: Ministério Público Federal. Réus: Alexandre Ramagem Rodrigues e outros. Brasília, DF, 2025.

Audiovisuais

ENTREVISTA com Susanna Lira, diretora do Torre das Donzelas. [S.l.: s.n.], 2025. 1 vídeo (46 min.). Disponível em: https://youtu.be/J94ntTQfVNM?si=VcCCr5nMUVfor3So. Acesso em: 16 jun. 2025.

TORRE DAS DONZELAS. Direção: Susanna Lira. Brasil: Modo Operante Produções, 2018. 1 vídeo (97 min.), son., color.

UNIVERSO Literário. **Entrevista com a professora Ana Maria Ramos Estevão**. Apresentadora: Michelle Bruck. Belo Horizonte: Rádio UFMG Educativa, 3 fev. 2022. 1 podcast. Disponível em: https://ufmg.br/comunicacao/noticias/livro-de-sobrevivente-daditadura-militar-revisita-memorias-de-torturas-e-lutas-do-periodo. Acesso em: 10 out. 2024.

Matérias jornalísticas

BOLSONARO em 25 frases polêmicas. Carta Capital, São Paulo, 29 ago. 2018. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/. Acesso em: 8 jun. 2025.

BOLSONARO, sobre o golpe de 1964: Sem ditadura seríamos uma "republiqueta". UOL, São Paulo, 31 mar. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2022/03/31/bolsonaro-obras-ditadura-militar.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

CAPITAL recebe a 51ª edição do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Correio Braziliense, Brasília, 15 set. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/09/15/interna_cidadesdf,706104/confira-a-51-edicao-do-festival-de-brasilia-do-cinema-brasileiro.shtml. Acesso em: 8 jun. 2025.

CNN BRASIL. Flávio discursa após prisão domiciliar de Bolsonaro. **LIVE CNN**. [S.l.]: YouTube, 5 ago. 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XZ5qKUkTcXg. Acesso em: 30 ago. 2025.

PETISTAS criticam Hugo Motta após presidente da Câmara afirmar que 8/1 não foi golpe. **O Povo**, Fortaleza, 8 fev. 2025. Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2025/02/08/petistas-criticam-hugo-motta-apospresidente-da-camara-afirmar-que-8-1-nao-foi-golpe.html. Acesso em: 4 out. 2025.

REDAÇÃO. Agora réu, Bolsonaro eleva pressão por anistia, mas aprovação no Congresso é incerta. **Veja**, São Paulo, 6 abr. 2025. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/agorareu-bolsonaro-eleva-pressao-por-anistia-mas-aprovacao-no-congresso-e-incerta/. Acesso em: 4 out. 2025.

RIBEIRO, Raquel Martins. Festival de Brasília: Torre das Donzelas é grito de presas políticas. **Metrópoles**, Brasília, 15 set. 2018. Disponível em: https://www.metropoles.com/festival-debrasilia/torre-das-donzelas-quebra-silencio-de-presas-durante-o-regime-militar. Acesso em: 15 fev. 2025.

TORRE DAS DONZELAS: resiliência feminina em tempos de repressão da ditadura. Brasil de Fato, Porto Alegre, 28 out. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/10/28/torre-das-donzelas-resiliencia-feminina-emtempos-de-repressao-da-ditadura/. Acesso em: 30 ago. 2025.